

AS RAÍZES DA REGRESSÃO NO MUNDO ÁRABE

LAS RAÍCES DE REGRESIÓN EN EL MUNDO ÁRABE

THE ROOTS OF REGRESSION IN THE ARAB WORLD

Marcos Del Roio¹

Resumo: A partir da mobilização popular que colocou abaixo a ditadura vigente na Tunísia a mídia difundiu a expressão “primavera árabe” para a série de eventos que se sucediam. Percebe-se agora que forma eventos diferenciados e com muitos vetores, que se manifestam quase todos no conflito armado que corrói a Síria. No entanto, o objetivo deste texto é oferecer um amplo panorama para sugerir a explicação da forte regressividade presente no mundo árabe, mesmo com a presença de micro regiões de incrível riqueza.

Palavras chave: mundo árabe; islamismo; colonialismo; revolução democrática.

Resumen: De la movilización popular, que coloca por debajo de la actual dictadura en Túnez los medios de comunicación a difundir el término “primavera árabe” para la serie de acontecimientos que siguieron. Uno se da cuenta ahora cómo los diferentes eventos y con muchos vectores, que se manifiestan en casi todos los conflictos armados que socava Siria. Sin embargo, el objetivo de este trabajo es proporcionar una visión general de sugerir una explicación para esta fuerte regresividad en el mundo árabe, incluso con la presencia de micro regiones riqueza increíble.

Palabras clave: mundo árabe; Islam; el colonialismo; revolución democrática.

Abstract: From the popular mobilization that placed below the existing dictatorship in Tunisia the media spread the term “Arab spring” for the series of events that followed. You can tell now how different events and with many vectors, which manifest themselves almost all the armed conflict which undermines Syria. However, the objective of this text is to provide a broad overview to suggest the explanation of strong retroactive process present in the Arab world, even with the presence of micro regions of incredible wealth.

Keywords: Arab world; Islam; colonialism; democratic revolution.

Introdução

Em 2011, na Tunísia, quando um jovem se entregou às chamas em protesto contra a situação social do seu País, uma onda de manifestações teve início e muitos analistas julgaram que havia começado ali um movimento geral de democratização do mundo árabe. Essa leitura – e hoje parece não haver mais dúvidas – foi um equívoco sério na análise da correlação de forças, ainda que a necessidade da revolução democrática seja sensível.

Na verdade, os povos da região identificada como Oriente Médio parecem mais ter encontro marcado com a tragédia em cada encruzilhada da História e essa, iniciada em 2011, é apenas mais uma. Essa sensação é fácil de ser assimilada para quem acompanha a história recente e a política cotidiana que

envolve aquela realidade contraditória até o limite. No entanto, a compreensão dessa situação exige a lembrança de um processo histórico que acumula séculos.

O domínio turco

A avassaladora expansão territorial dos turcos em meados do século XV culminou com o fim do Império Bizantino (que durava já mil anos). A fuga do clero cristão ortodoxo e parte da nobreza greco-bizantina para a Rússia traria repercussões geopolíticas no futuro, mas não ainda. Nesse fim de século XV e século XVI, os turcos forjaram um império nucleado no entroncamento de três continentes e de três mares, de modo que o comércio no mediterrâneo e o comércio da Ásia passava necessariamente por portos com domínio turco. O Império tinha o Irã na sua fronteira oriental, o Marrocos no Ocidente norte africano, a Áustria na Europa balcânica, além da Espanha e Veneza na disputa pelo mar mediterrâneo.

O Império era nucleado na capital Istambul, mas havia algumas cidades de importância basililar, como Alepo, Damasco, Beirute, Bagdá e Cairo. Além dessas Jerusalém, Meca, Medina tinham clara importância religiosa. As cidades mais distantes tinham um grau maior de autonomia, como era o caso de Argel, Túnis e Trípoli na África do Norte. Em direção ao Maghreb e ao Oceano Índico o poder dos turcos otomanos era mais tênue, ainda que compusesse também a zona de influência. Tratava-se de um império multiétnico orientado pelo islamismo, mas que contava com significativas minorias de cristãos e judeus.

Baseada na produção agrícola e manufatureira, no comércio e no poder militar, a Turquia nos séculos XVI e XVII apareceu para a Europa como grave ameaça. O século XVIII pode ser visto como a maturidade do Império, mas a situação geopolítica mudava com a ascensão evidente do Império Russo e de Inglaterra e França. As revoluções burguesas de fins do século XVIII no Ocidente e o apogeu do Império Russo no Oriente colocaram problemas para os quais a Turquia não se mostrou preparada.

O declínio imperial

O desenvolvimento do capitalismo, com suas forças produtivas, com sua ciência, com sua força militar, com sua ideologia, começou a corroer o Império dos turcos otomanos. O levante grego de 1821 recebeu apoio de todo Ocidente, pois era a Grécia vista como berço histórico da “civilização ocidental”. A independência da Grécia estimulou o levante dos sérvios, que conseguiram a autonomia em 1830. A Sérvia passaria aos poucos a ser o polo de aglutinação dos povos eslavos do Sul e uma porta de saída possível da Rússia rumo ao Mediterrâneo.

A Rússia já pressionava a Turquia pelo Mar Negro e havia incorporado a região da Crimeia. Na guerra entre turcos e russos de 1877-1878, o Império turco teve que recuar drasticamente, deixando para trás o que viriam a ser a Bulgária e a Romênia, além de uma Servia plenamente independente. Nas guerras balcânicas de 1912-1913, a Turquia foi derrotada novamente, de modo a restar-lhe somente Istambul, a sua capital, em território europeu.

Na África do Norte a França, enfrentando feroz resistência, se apoderou de Argel a partir de 1830. A Tunísia, por sua vez foi ocupada em 1881. Sempre em nome do livre-comércio os ingleses foram fortalecendo os seus interesses ao redor e dentro do Império turco, sempre com vistas a mercados e controle das vias de comércio (que eram a vertebra do próprio Império turco). Decisivo para os ingleses era o controle do Cairo e do rio Nilo, além do litoral Sul da península arábica. Na medida em que o Egito conseguia autonomia frente aos turcos a sua dependência se transferia para a Inglaterra, que praticamente se apoderou desse território em 1882. Quando, em 1885, o Congresso de Berlim, redesenhou o mapa da África, para a Turquia restava apenas Trípoli, que lhe foi tomada pela Itália em 1911, ao se aproveitar da crise que estava para explodir nos Balcãs. Note-se como o colonialismo europeu se apossa de partes do império turco a partir das cidades mais importantes e das quais se originaria a atual multiplicidade de Estados.

Difícil identificar a natureza da formação social turco otomana, mas podem-se perceber algumas características de similaridade com o Império russo e com o Império austro-húngaro: exploração do trabalho na base da servidão e até da escravidão, sociedade marcadamente hierárquica, poder nobiliárquico e clerical, força militar, caráter multiétnico e importância do comércio. Outra característica que aproxima esses Impérios foi a dificuldade de se adequarem aos novos tempos do desenvolvimento capitalista, de modo a todos eles entrarem em colapso nos desdobramentos da Guerra de 1914-1918, depois de longos séculos de domínio imperial.

Não que não tenha havido o esforço de compreensão dos motivos do declínio e propostas para uma retomada do poder otomano. A questão é que o debate se ateve ao interior do islamismo. Muitos defenderam a necessidade de se retomar a pureza da origem, de se fazer uma reforma moral intelectual que resgatasse as origens, mas adequadas aos novos tempos. Ou seja, as questões candentes giravam em torno da ideologia religiosa. O islamismo que sempre predominara no Império turco foi o sunismo, mas esse se desdobrava em vertentes diferentes. Havia também uma minoria xiita na Mesopotâmia e na região de Damasco.

No entanto, junto com canhões e comércio, do Ocidente europeu chegava também a ideologia burguesa do Estado nacional e do liberalismo, do pensamento laico. Essa ideologia burguesa contribuiu para a desintegração do Império otomano e para o surgimento da ideia de nação em uma franja intelectual dentro da incrível diversidade de povos e culturas que compunha o Estado islâmico. De imediato, porém, a política imperialista das potências europeias entendeu submeter aqueles povos ao seu domínio. De fato, ao iniciar-se o século XX, o Império estava constituído pelos turcos e pelos árabes da península arábica, com consistentes minorias cristãs e judias. A África do Norte e os Balcãs estavam irreversivelmente perdidos.

O esforço para recompor as Forças Armadas e o próprio Estado possibilitou a criação de um movimento político militar intelectual inspirado na filosofia positivista, que ficou conhecido como dos “jovens turcos”. O levante de 1908 fracassou, mas a lição política e ideológica se fez sentir. De certo modo foi o declínio do Império turco que gerou as condições para a eclosão da guerra imperialista e o desenlace dos conflitos internos que corroíam o Estado islâmico.

As guerras balcânicas de 1912 e 1913 resultaram em ulterior recuo e enfraquecimento da Turquia e no fortalecimento da Sérvia. A pretensão da Sérvia de unificar os povos eslavos do Sul colocou esse reino em confronto com a Áustria-Hungria, com quem veio a se aliar o seu inimigo histórico, o Império turco, agora esfrangalhado. O conflito entre a Sérvia e a Áustria-Hungria generalizou a guerra, que se tornou “guerra mundial” de 1914 a 1918.

Os árabes e o domínio do imperialismo europeu

A derrota militar da Turquia, que havia se aliado com os impérios alemão e austro-húngaro, se concluiu com a sua desintegração final, assim como acabaram os impérios alemão, austro-húngaro e russo. A guerra, em vez de superar os conflitos internos no Império turco e fazê-lo recuperar pelo menos algumas das perdas precedentes, só levou ao desenlace final. Perdida a guerra, a Turquia foi humilhada e um levante militar e popular, derrubou o Sultanato e instaurou a República da Turquia.

Na guerra contra a Turquia, França e Inglaterra acabaram por envolver os povos árabes na luta. Desde 1916, aliados aos ingleses, os árabes lutavam contra a Turquia e puderam imaginar a situação de um Estado árabe independente que se estabelecesse no conjunto da península arábica. Também os judeus passavam a empreender um movimento de conquista de um Estado próprio. A Inglaterra estimulava ilusões e falava de compromissos que depois não assumiria.

As antigas províncias otomanas da Ásia foram transformadas em protetorados de França e Inglaterra. Com a França ficaram a Síria e o Líbano e com a Inglaterra ficaram a Palestina, a Jordânia e o Iraque. Todo o resto da península, com grau maior ou menor de autonomia, acabou tendo que suportar a presença britânica, a qual encaminhou por toda a parte a formação de reinos feudais vassallos. Na África do Norte, a França mantinha o controle firme de Marrocos, Argélia e Tunísia, a Itália ocupava a Líbia e o Egito continuou a carregar o peso do controle inglês.

Os grupos políticos árabes procuravam falar em nome da nação e da tradição islâmica, mas não tinham força ou disposição para afrontar o colonialismo. O que se procurava fazer era apenas negociar condições melhores para os interesses locais frente o imperialismo. Já nos anos 20 era na Tunísia e no Egito onde se apresentavam forças políticas mais organizadas. O Destur foi ao fim das contas o movimento que fundou a Tunísia moderna e se manteve no poder por muitas décadas. No Egito o Wafd e a Fraternidade Muçulmana já existiam.

O Egito declarou-se uma monarquia em 1922, mas apenas como modo da ocupação militar britânica parecer menos opressiva. Na península arábica a disputa pela ocupação dos espaços deixados pela Turquia continuou. O reino iemita se reestabeleceu em 1918, e, em 1932, produto da fusão dos reinos de Hejaz e Nedjed, surge a Arábia Saudita. O resto da península continua com controle direto dos ingleses, mesmo o Iraque, que já era formalmente um reino desde 1921, e a Jordânia, desde 1923, ambos com fronteiras desenhadas pelos ingleses e com reis da família Hachemita, nomeados pelos ingleses. A Palestina recebe um afluxo crescente de migrantes judeus originados da Europa e enfrenta o risco da partilha.

O controle dessa região sempre fora importante por conta do comércio, mas agora essa importância ficava acrescida pela presença do petróleo, fonte de energia sempre mais indispensável na indústria. A cobiça da Alemanha sobre essa região era declarada desde fins do século XIX, mas as dificuldades eram demasiadamente grandes. A derrota do aliado turco em 1918 redundou na ocupação franco-britânica da parte árabe do extinto Império, piorando a situação.

O interesse da Itália na construção de um império que estivesse presente no mediterrâneo oriental e no mar vermelho representava uma ameaça aos interesses ingleses, mas não tão significativa. De fato, a Itália ingressou mais fundo no deserto líbico e conquistou a Etiópia, mas ainda faltava muito para encostar-se aos territórios controlados pelos ingleses.

No entanto, a eclosão da guerra na Europa novamente em 1939, fez da África do Norte e Oriente Médio um campo de batalha. Ingleses e alemães travaram uma batalha memorável, mas para os povos árabes, além da dor, a guerra trazia a possibilidade de ganhar a independência frente às potências imperialistas conflagradas. A derrota da Inglaterra poderia ter a independência como implicação, de onde as simpatias que a Alemanha chegou a despertar. Por outro lado era de se preocupar com o aumento da corrente migratória judaica em direção à Palestina.

As colônias francesas se envolveram mais fundo na guerra com presença de combatentes nos campos europeus. Tendo sofrido com fogo alemão e também do preconceito francês, os argelinos, que pensavam renegociar as suas relações com a França, passada a guerra se decidiram a lutar pela efetiva independência. O empenho dos intelectuais na busca da identidade nacional havia avançado de maneira mais ou menos intensa, conforme as diversas regiões, desde um Egito que buscava se encontrar numa síntese que envolvesse o glorioso passado egípcio, a época árabe islâmica e as influências europeias, até uma Arábia Saudita, que se organizara em torno da adoção rigorosa da lei islâmica.

O mundo árabe preparava-se para a revolução burguesa, para a interiorização do capitalismo. O passo inicial seria conseguir uma efetiva independência nacional que redefinisse as relações com os centros imperialistas. O ambiente favorável criado no final da chamada II guerra mundial estimulou os movimentos pela independência, os quais foram reprimidos com grande força nas zonas francesas, cuja metrópole entendia não abrir mão de suas colônias no norte da África.

No Oriente médio, no entanto, a França havia já dividido a Síria ao conceder a independência a um Líbano ampliado em relação à antiga província otomana. Tratava-se de um Estado feito a caráter para garantir a instabilidade política, com suas instituições definidas por crenças religiosas. A Síria, independente desde 1946, nunca aceitou a divisão do seu território e a França só desocupou o Líbano em 1947.

Nas zonas inglesas o empenho estava, desde os anos 20, na organização de monarquias feudais vinculadas ao império britânico, projeto que não deixou de ser bem sucedido, com a criação dos reinos da Arábia Saudita, Jordânia e Iraque, além de reinos ou emirados em toda a orla da península arábica. A questão mais complexa estava no que fazer em relação à antiga província otomana da Palestina.

A migração judaica e a entidade sionista

Desde fins do século XIX havia começado uma corrente migratória de judeus em direção à Palestina estimulada pela ideia de construir um Estado nacional. O nacionalismo se difundia na Europa e alhures como ideologia burguesa da era imperialista e também uma fração da intelectualidade de origem judaica abraçou-a para fundar o movimento sionista. A declaração oficial da Grã-Bretanha, de 1917, de reconhecer a legitimidade dessa reivindicação, plantou o problema em definitivo a partir de 1923, quando a ocupação do território palestino pelos ingleses se concretizou. Com a perseguição aos judeus em amplas partes da Europa, em particular na Alemanha, o fluxo migratório tendeu a engrossar.

Em contraposição à ocupação inglesa e ao fluxo migratório por ela favorecida, a resistência palestina começou também a se manifestar, como no levante popular de 1936. Os embrionários Estados árabes, que nasciam com o influxo pesado do imperialismo anglo-francês, se manifestaram em uníssono contra a criação de uma entidade estatal judaica na Palestina, com o óbvio e simples argumento de que se tratava de migrantes recém-chegados. Esses migrantes, todavia eram dotados de recursos suficientes para comprar terras e casas para se instalarem desde já nas faixas mais altas da hierarquia social, além de terem, em geral, uma qualificação cultural e profissional melhor, trazida da Europa.

Claro que o genocídio contra os judeus (e outros povos) na Europa gerou uma onda de simpatia que em muito contribuiu para a criação de uma entidade sionista na Palestina. De fato, se a questão era de se livrar dos judeus, até mesmo a Alemanha nazista ajudou na migração para a Palestina (desde que pago um bom preço). Os judeus eram considerados desde há muitos séculos como uma alteridade interna perigosa no Ocidente cristão e por isso vítimas de marginalização e de perseguições. A “solução final” do nazismo foi tragicamente a garantia para a criação da entidade sionista, o Estado judeu.

O mundo muçulmano (turcos, árabes, persas) para o Ocidente cristão tinha o significado de uma alteridade negativa externa ameaçadora desde os Balcãs até a península ibérica, de acordo com momentos históricos diferentes. A partir do século XIX essa zona passou a ser objeto de conquista por parte de um Ocidente cristão liberal imperialista. O judeu tendia a se diluir dentro do Estado liberal burguês, mas não nos Estados autocráticos da Europa central e oriental. Por outro lado, no mundo islâmico prevalecia o princípio da tolerância religiosa e também das ocupações voltadas ao comércio e ao estudo científico, de modo que os judeus sempre tiveram o seu espaço de expressão econômica e cultural.

O que não se poderia tolerar era um fluxo de colonizadores europeus, que chegavam a número significativo à Palestina no momento mesmo em que se aguardava a retirada das potências imperialistas que ocupavam a região desde o fim do Império turco. Os palestinos e os Estados árabes entendiam que seria razoável a existência de um Estado binacional, mas a influência judaica na política e economia dos EUA contribuiu decididamente para que prevalecesse a ideia de partilha do território em dois estados: uma partilha tremendamente desigual, bem se pode dizer.

De fato, o Estado judeu nascia com 55% do território e 700 mil habitantes, enquanto que o Estado palestino aparecia com 45% do território e 1,4 milhões de habitantes. Mais grave ainda é que prevalecia a ideia da separação étnico-religiosa tão estranha aos árabes e muçulmanos. Essa proposta

contou com a aprovação dos vencedores da guerra contra o nazifascismo e punia eventuais simpatias de setores árabes anticolonialistas pela Alemanha, ao mesmo tempo em que se fechavam os olhos à política sionista de expulsão dos palestinos de suas terras com métodos que lembravam exatamente o chauvinismo fascista.

A guerra civil e o envolvimento dos novos Estados árabes na contenda foram inevitáveis. Porém, o apoio unânime das potências liberal imperialistas e também da URSS, inclusive com armamento, decidiu o conflito em favor do novo Estado sionista, que ampliou o seu território. O Egito ocupou a faixa de Gaza e a Jordânia ocupou a Cisjordânia. Ficou claro desde logo que regimes políticos arcaicos nascidos com a proteção do imperialismo anglo-francês, exatamente com o fito de preservar a situação colonial, não poderiam fazer frente ao Estado sionista nascido já tendo o respaldo internacional político e militar e também a tradição cultural do liberalismo do Ocidente, o que fez de Israel uma democracia liberal burguesa para os judeus, mas fascista para os palestinos.

A vitória política e militar permitiu a instauração da entidade sionista fortemente militarizada e já ampliada, em abril de 1948. Note-se que em 1949 na África do Sul, outra ex-colônia inglesa, aparecia um regime também de apartamento étnico cultural. Ambos, ao fim das contas, foram eficientes para o desenvolvimento capitalista, mais do que qualquer outro na África e no Oriente médio. A Turquia havia se integrado ao sistema militar do Ocidente liberal imperialista em 1949, já iniciada a chamada guerra fria, ou bipartição do mundo entre dois impérios, Ocidente e Oriente.

A revolução burguesa

A catástrofe que se abateu sobre o povo palestino fez ver a vários setores sociais que só uma revolução nacional burguesa seria capaz de adequar os Estados árabes às novas condições do mundo, com a presença de forte Estado judeu fundado por migrantes, o declínio do imperialismo anglo-francês, a guerra fria entre EUA e URSS e a transformação da região em zona volátil de confronto. Uma revolução democrática e a integração regional seria o caminho para elevar os povos árabes a um novo padrão de civilização e desenvolvimento. No entanto, as forças intelectuais capazes de refletirem essa necessidade eram insuficientes e com limitada representatividade frente às massas populares do campo e das periferias urbanas.

Manifestações contra a monarquia começaram no Cairo já em 1948 e isso instigou parte do Exército, única força real capaz de levar o País na trilha de uma revolução burguesa (tal como ocorrera na Turquia). A queda da monarquia, em 1952, abriu uma fase política voltada à industrialização e a reforma agrária. O Egito de Nasser passava a ser um exemplo dentro do mundo árabe para aqueles que se opunham às monarquias feudais.

A nacionalização do canal de Suez pelo Egito, em 1956, redundou no ataque de Inglaterra, França e Israel contra o Egito. A pressão de EUA e URSS fez com que Israel recuasse do Sinai, mas as implicações do conflito foram de grande monta, pois que Inglaterra e França, na prática, se retiravam das contendas do Oriente médio e deixavam campo livre para os principais atores da guerra fria. Israel passava

a ser sempre mais um enclave vinculado à política imperial dos EUA e a URSS tentava contribuir com os Estados árabes de perfil “nacionalista”.

De modo bastante tumultuado esse movimento alcançou a Síria e o Iraque, locais nos quais o partido Baath alcançou o poder com o objetivo de industrializar o País e de integrar a nação árabe em construção. Houve tentativas de integração política entre Egito e Síria e entre Iraque e Jordânia, ambas fracassadas.

Mesmo as colônias francesas do norte da África já não eram mais possíveis de serem retidas. Em 1956 a Tunísia torna-se independente, mas a tentativa de instaurar uma monarquia fracassa e o partido Neo Destur, de perfil “nacionalista”, com Buorguiba à frente, assume o poder. Mas no Marrocos, também independente em 1956, a instauração da monarquia foi bem sucedida. A mais importante colônia francesa, no entanto, era a Argélia, onde desde 1954 a Frente de Libertação Nacional travava a guerra anticolonial. Em 1962, a FLN assume o poder com um projeto nacional popular. Houve reforma agrária e nacionalizações de pontos estratégicos da economia.

Em junho de 1967, Israel lança um ataque preventivo contra todos os países fronteiriços. O resultado militar foi espetacular e resultou na ocupação de todo o território da Palestina e de partes dos territórios de Egito, Síria e Líbano. A derrota gera convulsões políticas nos Países vizinhos e exacerba o sentimento antissionista. Na Síria, em 1970, Hafez Assad assume o governo e na Líbia, o Cel. Muamar Kadhafi derruba a monarquia feudal instalada em 1952 com as bênçãos da Inglaterra. Nesse ano ainda uma democracia popular, dirigida pela FLN, foi instaurada no Iêmen do Sul.

No início dos anos 70 talvez possa ser dito que a revolução burguesa caminhava no mundo árabe, mas ao modo de uma revolução pelo alto, nas quais Estado e exército, em particular, desempenhavam papel essencial. Os únicos casos de revolução popular talvez tenham sido a Argélia e o Iêmen do Sul. Importante notar que nesses Países aqui considerados (Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Síria, Iraque, Iêmen do Sul) a questão religiosa era inteiramente secundária e prevalecia o nacionalismo pan-arábico, uma ideologia laica, própria de uma revolução burguesa. A península arábica – com exceção do Iêmen do Sul – continuava com tranquilo controle de reis e emires.

A guerra árabe contra a entidade sionista em outubro de 1973 talvez tenha sido o apogeu das forças sociais e políticas do mundo árabe que buscavam a autonomia política e cultural da região frente ao imperialismo. Em caso de vitória, as forças árabes coligadas poderiam se embrenhar para alguma forma de unidade e seria estabelecido um Estado palestino, dando corpo a uma revolução burguesa que poderia contar com o protagonismo das massas e a integração regional. Mas, essa guerra, ao cabo de três semanas, levou Israel à vitória e à conquista de todo o território da Palestina e territórios do Egito, Síria e Líbano.

Pode-se então dizer que a revolução burguesa se viu truncada na maior parte do mundo árabe, enquanto que em Israel o predomínio do poder político passou às mãos de forças solidamente conservadoras. Começava a era neoliberal ou de crise estrutural do capitalismo a nível global e o mundo árabe absorveu essa crise de modo particularmente regressivo.

O início da regressão

Em 1975 tem início a guerra civil no Líbano, que pela primeira vez envolveu grupos sociais identificados pelo credo religioso, o que contribuía para ocultar os interesses materiais e de classe. As instituições políticas libanesas previam uma partilha do poder entre maronitas, sunitas e xiitas, mas o crescimento demográfico dos xiitas e a forçada migração palestina romperam o equilíbrio de poder. O apoio sionista aos maronitas convergiu com a disposição da Síria de evitar uma revolução popular num território que julgava ter-lhe sido arrancado pela ação imperialista francesa. O resultado é que a Síria ocupou parte do Líbano e passou a manipular as suas instituições políticas.

A invasão sionista de 1982 arrasou a resistência palestina sediada em Beirute e a retirada ocorreu somente três anos depois. Quando a “paz” foi restabelecida o princípio da partição do poder entre comunidades religiosas foi mantido. Nesse ínterim, porém, havia surgido o Hezbollah, agrupamento social e político militar libanês xiita, que veio a ocupar lugar importante na resistência antissionista. A OLP – Organização pela Libertação da Palestina, que já havia sido expulsa da Jordânia, desta vez teve que migrar para a Tunísia.

Enquanto se desenrolava a tragédia libanesa e palestina, dois acontecimentos importantes indicavam a rota subsequente da política internacional no Norte da África e Oriente Médio. Em 1978 o Egito capitulava vergonhosamente frente a Israel e, com as bênçãos dos EUA, assina tratado de paz com os sionistas em troca da devolução da península do Sinai. O caminho é seguido pela Jordânia. A revolução nacional burguesa egípcia e árabe estava sepultada.

Pouco tempo depois, no Irã, eclode uma revolução democrática que colocou amplas massas em movimento. No entanto, após cerca de dois anos de disputa as forças laicas, democráticas e de esquerda foram inapelavelmente batidas pela direção política e pelo projeto conduzido pelo clero xiita. Se a capitulação do Egito fora uma vitória americana sionista, a revolução iraniana foi uma derrota bastante séria. Mas uma nova fase se iniciava para o mundo árabe (e islâmico).

Essa nova fase se caracterizou pelo enfraquecimento da presença soviética, pelo enfraquecimento político das forças nacional burguesas de inspiração ideológica europeia e, pelo contrário, pelo fortalecimento da presença americana, pelo fortalecimento do sionismo e pelo fortalecimento do islamismo e das políticas neoliberais. De uma maneira geral, o agravamento da situação material das massas e a crise da práxis social das esquerdas fizeram com que a religião islâmica – e as políticas nela respaldada – parecesse ser a única solução viável.

O fato é que o mundo árabe adentrava a uma fase regressiva ao ter que enfrentar a globalização imperialista. A guerra entre Iraque e Irã (1980-1988), estimulada pelos EUA, foi devastadora para ambos os Países em termos de destruição humana e material, tendo se concluído por exaustão e sem vencedores. Nessa guerra a Síria se apartou do Iraque – que também era governado pelo partido Baath – e se aproximou do Iran em razão das alianças cerzidas com os xiitas no Líbano.

Na ilegalidade em diversos Países cresce e se difunde a Irmandade Muçulmana, organização nascida no Egito em 1928. O crescimento ocorre por ter essa organização difundido um trabalho de

assistência social que o Estado não cumpria, até por estar vinculado à orientação neoliberal ditada pelo imperialismo. Outras organizações sunitas surgem em vários lugares, inclusive na resistência palestina.

O levante palestino de 1987 foi reprimido com a violência que é intrínseca a entidade sionista e custou expulsões e expropriações de casas e terras. A desintegração da URSS entre 1989-1991 representa um ulterior golpe nas forças árabes de oposição ao imperialismo americano sionista. Israel recebe cerca de um milhão de migrantes vindos da URSS e dá andamento ao seu projeto histórico de fazer de toda a terra palestina um Estado judeu. Nesse projeto é essencial a batalha demográfica, que Israel não tem como vencer e por isso busca na guerra a solução final, a expulsão do conjunto do povo palestino de suas terras.

A Líbia, no decorrer dos anos 80 continuou bastante ativa na luta antissionista e anti-imperialista, ainda que com métodos bem discutíveis. Isso custou à Líbia o bombardeio americano de 1986 nas cidades de Trípoli e Benghazi. A Tunísia e o Egito se estagnavam com o peso de Ditaduras corruptas, que tornavam viáveis o discurso e a prática de uma oposição islamista. A Argélia, por sua vez, desde fins dos anos 70 se aproximava de França e EUA abandonando o projeto nacional popular.

Em 1989, com influência dos acontecimentos da Europa oriental uma reforma institucional possibilita a existência legal de outros partidos políticos que não a FLN. Foi a brecha para que a Frente Islâmica de Salvação vencesse as eleições de 1990 e 1991 e provocasse a reação do Exército, que instaurou uma ditadura militar e originou um largo período de alta instabilidade. Relativa estabilidade volta a prevalecer nos anos 2000, com o retorno da FLN ao governo, ainda que o cerco aos islamistas continuasse apertado.

O aprofundamento da regressão

O fim do socialismo de Estado na URSS e na Europa oriental teve implicações sérias no mundo todo. Naqueles anos iniciais da década de noventa do século XX tudo levava a crer que se realizava enfim o projeto histórico de um império universal orientado pelos princípios do liberalismo e conduzido pelos EUA. Não eram muitos os Países a se oporem abertamente a esse desígnio imperial, pois a ameaça de retaliação era bastante grande, ainda que fantasiada de “guerra humanitária”. A devastação da Iugoslávia seria um bom exemplo do desenho desejado pelo império: o enfraquecimento ou mesmo a fragmentação dos Estados hostis. A formação da União Europeia, em 1992, contribuiu para que Países desse continente voltassem a almejar algum protagonismo no mundo árabe.

O Iraque, em sério erro de avaliação, entendeu que a crise do socialismo de Estado e a suspensão da guerra fria, além do recente apoio americano que obtivera na guerra contra o Irã, tornaria possível a incorporação do Kuwait ao seu território. Essa ação já fora tentada em 1961, mas, naquela ocasião, as tropas inglesas fizeram os iraquianos recuarem. A ocupação de 1990 gerou amplo movimento político internacional de repúdio, coordenado pelos EUA e resultou na chamada guerra do Golfo. O Iraque foi obrigado de novo a recuar e a partir daí sofreu um cerco comercial devastador que causou a morte por doença e desnutrição de cerca de 5% da população, principalmente crianças. Ainda em 1990, o

Iêmen do Sul foi incorporado pelo Norte, mas a unificação do País ocorreu com a ditadura militar que então vigia. A crescente influência islamista induziu o regime a incorporar a Sharia na legislação nacional.

Numa situação internacional fortemente negativa as revoluções burguesas no mundo árabe viram-se truncadas pela renovada ofensiva imperialista. O resultado foi a derrota das forças nacional burguesas ou nacional populares e o fortalecimento de forças islamistas de variada tintura. A maior parte do mundo árabe ficara refém da economia do petróleo e do militarismo, o que alimentava e ainda alimenta a crise social permanente. À parte Líbia, Iraque, Síria e Líbano, todo o mundo árabe estava dominado por ditaduras militares e por reinos feudais submetidos aos EUA.

Num cenário como este também a resistência palestina encarnada na OLP decidiu encontrar alguma forma de acomodação com a entidade sionista e tentou encontrar uma solução pela via da negociação mediada pelos EUA. A virtual capitulação favoreceu os interesses da burguesia mercantil palestina e criou uma anódina Autoridade Nacional Palestina. No entanto, o projeto sionista nunca deixou de ser a anexação completa de todo o território palestino, das colinas de Golã, do sul do Líbano. De fato, nos sonhos mais delirantes a ideia seria a de fazer um domínio que se estendesse do Nilo ao Eufrates, como se não existissem os povos árabes.

Em 2001, os atentados ocorridos nos EUA ofereceram a justificativa para ataques militares contra Estados hostis. Na verdade, depois da revolução xiita no Iran, de modo crescente, o islamismo passa a ser observado como um perigo para o domínio imperial, até pela postura de repúdio ao Ocidente que assumira. O Estado islâmico instaurado no Afeganistão foi a vítima inicial do ataque das forças da OTAN comandadas pelos EUA. Os Talibãs foram derrubados do poder, mas a guerrilha persiste até hoje e a crise se espalhou para o Paquistão. Certo que o objetivo real dessa luta é o controle das fontes de gás natural que perpassam o Afeganistão.

Passados dois anos, em 2003, depois de intensa e mentirosa campanha midiática que denunciava o Iraque por posse de armas químicas, tinha início outra longa guerra. Essas armas realmente existiram, foram fornecidas pelos EUA na época da guerra contra o Irã, mas haviam sido destruídas havia muito tempo. O festival de mentiras fez o seu efeito e os EUA conseguiram autorização da ONU para devastar de uma vez o Iraque e se apropriar do seu petróleo. Ocupados o Afeganistão e o Iraque, o objetivo estratégico de cercar o Irã estaria cumprido.

As forças armadas do Iraque não puderam ser páreo para a alta tecnologia militar empregada pelos EUA, ainda que parte dos invasores fosse de mercenários. Derrotado e dissolvido o exército e a guarda republicana, a resistência passou para a forma de guerrilha. Mas logo a religião veio a prevalecer para expressar interesses de diferentes grupos sociais. O Iraque se dividiu em três partes e nunca mais conseguiu se configurar novamente como um Estado nacional unificado. No entanto, o objetivo dos EUA foi apenas parcialmente alcançado, pois os xiitas que ocuparam o poder nunca se declararam inimigos do Irã. Até hoje a violência cotidiana impera num País dividido e tomado pela miséria.

A tentativa sionista de resolver o problema do Líbano, que enfim era a presença política e militar do Hezbollah, aliado da Síria e do Iran, na vida daquele País, fracassou estrepitosamente em 2006, quando a invasão foi rechaçada. As negociações entre Israel e ANP se encaminhavam para uma completa

capitulação dos palestinos frente a Israel, mas as negociações não chegaram a termo. De fato o que acontece é a divisão do movimento nacional palestino entre a OLP e o Hamas, grupo sunita fundado em 1987 e com grande penetração em Gaza.

A crise capitalista e a tentativa democrática falhada

Em 2008 eclode mais um capítulo da crise estrutural do capital e o mundo árabe foi afetado de modo perverso por conta da sua dependência da exportação do petróleo. A situação social se agrava ainda mais e regimes políticos que duravam décadas atingem um ponto alto de desgaste. Na Tunísia tem início uma crise política em 2011, que se difunde e vem a ser chamada pela mídia de “primavera árabe”. Havia de fato uma esperança de que uma revolução democrática estivesse para eclodir no mundo árabe.

Um levante popular provoca a fuga do ditador Ben Ali para a Arábia Saudita e um governo provisório se encarrega da dissolução da polícia política e do antigo partido de governo, além da convocação de uma assembleia constituinte. As eleições mostram a força dos islamistas, que, no entanto, aparecem divididos. O setor que aceita princípios liberais, organizado no partido Renascença se alia ao Congresso pela República e o Ettakatol. A oposição salafadista insiste na proposição de um Estado Islâmico, mas é reprimida. De todo modo, a tensão entre islamistas (em geral) e forças democráticas e de esquerda continuam acirradas.

O levante em Túnis estimulou a gigantesca manifestação no Cairo contra a ditadura de Mubarak e do PND. Entre 25 de janeiro e 11 de fevereiro as manifestações se sucedem com afluência da juventude, em particular, com a presença de forças democráticas e de esquerda e também de islamistas. À renúncia de Mubarak se sucede a tomada do poder diretamente pelo comando das Forças Armadas, que dissolve o aparato policial de Mubarak e o PND, além de se compromissar com a convocação de uma assembleia constituinte. A Irmandade Muçulmana se apresenta como Partido da Liberdade e Justiça, como islamistas liberais. Os Salafadistas, no entanto, desencadeiam a perseguição aos cristãos coptas e colocam a questão da religião no cerne da luta política.

Quando ocorrem as eleições gerais, o resultado aponta ampla maioria dos islamistas “moderados” e boa representação dos salafadistas. As forças democráticas e de esquerda se apresentam divididas e sofrem séria derrota. A pressão pela efetivação de um Estado Islâmico era sempre mais forte. Com o andamento do processo as forças islâmicas se consolidam, com o PLJ elegendo o presidente e os salafadistas agindo por meio da violência. Tenta-se a submissão do poder militar e a desarticulação das correntes laicas. O Egito se aproxima da Arábia Saudita, da Turquia e das correntes políticas sunitas de todos os Países árabes.

Na discussão sobre a elaboração da nova Constituição as divergências se aguçam. O risco da instauração do Estado Islâmico, a política econômica neoliberal e a nova colocação internacional do Egito reagruparam as forças democráticas e de esquerda, que voltaram massivamente às ruas, até que o Exército decidiu-se pelo golpe militar e a perseguição aos islamistas. O equilíbrio de forças na vida social do País

garante a permanência do Exército no governo do Estado e dificulta a instauração da democracia no Egito.

Quando, em janeiro/fevereiro de 2011, amplas massas se atiraram às ruas das cidades tunisinas e egípcias, muito imaginaram que uma fase de revoluções democráticas se iniciava no mundo árabe. O que se percebe hoje, com clareza maior, é que não se contava com a intervenção imperialista e com a capacidade do islamismo sunita cavalgar o movimento social com forte respaldo da Arábia Saudita e do Qatar.

Mas naquele começo de ano as manifestações se espalharam pelo Marrocos, Argélia, Jordânia, Síria, Iêmen, Bahrein e mesmo Israel e Turquia. As motivações e as forças em campo não eram iguais, por suposto, mas todas reivindicavam democracia e direitos. No Marrocos, Argélia, Jordânia, Israel, o poder político vigente conseguiu neutralizar a mobilização social em troca de algumas promessas de reformas superficiais. No Bahrein o levante popular foi desencadeado pelo proletariado xiita contra a dominação sunita, mas a intervenção militar da Arábia Saudita encerrou a rebelião no sangue.

Outras regiões, no entanto, são mais sensíveis do ponto de vista estratégico, como já foi visto. Governado desde 1990 por Ali Saleh e o seu partido, no Iêmen a revolta se inicia com a juventude estudantil, mas as forças democráticas e de esquerda são muito frágeis e a crise política leva apenas a renúncia do presidente e a troca pelo vice-presidente. Forças islamistas desencadeiam a ofensiva, o que obriga a intervenção militar dos EUA. Nesse caso houve apenas a fragilização do Estado e o aguçamento da crise social, com extensão da miséria, da fome, da doença.

Outro caso notório de intervenção imperialista aliada ao islamismo sunita centrado na Arábia Saudita foi a Líbia. Esse País tentava uma aproximação com a Europa desde 1993, em particular com a Itália (seu antigo poder colonizador), a fim de obter um canal alternativo de escoamento do petróleo e também de servir de ponte em direção ao coração da África. Os recursos da Líbia alimentavam muitos programas sociais em vários Países africanos o que poderia facilitar o seu papel de ponte. Essa situação não poderia agradar as antigas potências colonialistas, Inglaterra e França, que aproveitaram a manifestação regionalista da cidade de Benghazi contra o governo de Kadafi para concretizar a intervenção.

Com apoio dos EUA e abstenção de Rússia e China, a Líbia foi envolvida pela guerra tribal e pela intervenção imperialista, auxiliada por milhares de militantes sunitas vindos de outras partes, com Arábia Saudita, Iêmen, Iraque, Afeganistão. A resistência não conseguiu barrar a agressão imperialista anglo-francesa e ao fim Kadafi foi barbaramente assassinado. A partir de então a Líbia se fragmentou em poderes tribais e deixou o seu petróleo disponível ao saque imperialista, em particular de Inglaterra e França, que voltaram a se propor como atores políticos dentro do mundo árabe.

Esse modo de operar fora bem sucedido, como se pode observar, no Líbano, Iraque, Iêmen, Líbia, (Afeganistão, Somália, Sudão) onde deixava um rastro de destruição, de fragmentação, de regressão social e política. A particularidade a ser observada é que a ofensiva imperialista sionista, a partir de 2001, contra o proclamação “terrorismo” islâmico, fortaleceu ainda mais o movimento sunita de resistência às ditaduras militares presentes no mundo árabe, fossem herdeiras da tradição laica ou com tinturas islâmicas.

A Arábia Saudita, junto com o Qatar, conduz o que se poderia chamar de restauração islâmica, com os seus fortes traços reacionários e com ligações com o imperialismo (incluindo o sionismo e o “terrorismo”). Mas a Turquia, que é governada por um partido islamista sunita desde 2001, desenvolve um movimento de afastamento da Europa (e de Israel) e de aproximação com o mundo árabe em uma renovada inspiração imperial otomana. Essa ideologia, no entanto, sofre forte restrição mesmo dentro das classes dirigentes turcas, além do Exército. O golpe militar no Egito enfraqueceu esse projeto, com a repressão sobreposta a Irmandade Muçulmana.

A Síria é o atual campo de batalha e a encruzilhada estratégica dentro desse cenário bem mais amplo que se procurou rascunhar. Também na Síria, em começos de 2011, se desenrola a pressão de forças democráticas e de esquerda. O Governo e o Partido Baath se preparam para concessões com reforma na constituição e na legislação eleitoral, mas a crise econômica e social esgarça o pacto que dava sustentação ao regime político. Parte da maioria sunita (3/4 da população) passa para a luta armada, instigadas e sustentadas por EUA, Inglaterra, França, Israel, Turquia, Arábia Saudita, Qatar e Jordânia, além de sunitas do Iraque. Em defesa do Governo aparece um Exército forte (apesar das defecções), os xiitas, os cristãos, parte dos sunitas, tanto da Síria mesmo quanto do Líbano, além do Irã e da Rússia e China.

Como Rússia e China impedem a invasão imperialista (como não fizeram na Líbia), a luta é travada entre o Exército nacional e uma plêiade de forças completamente díspares alimentadas por interesses externos conflitantes e que não conseguem se unificar. Os interesses em jogo giram em torno das águas e do petróleo da Síria, mas também de partes de seu território. No entanto, o esfacelamento da Síria teria o significado de romper o elo de aliança entre os xiitas do Irã, Síria e Líbano, tornando possível que a entidade sionista se apropriasse de vez do Golan e que pudesse atacar o Líbano com maior segurança. Por outro lado, a destruição da Síria também abriria caminho para o ataque ao Irã por parte da aliança americano-sionista, com a complacência dos sunitas.

Hoje a Síria já se encontra devastada, mas graças ao seu Exército e ainda significativo apoio popular o governo se mantém. Toda tentativa de viabilizar uma invasão direta das tropas imperialistas foi contida pela posição contrária da Rússia e China. Por ora, os objetivos americano-sionistas se realizaram apenas parcialmente, mas o conflito e a destruição devem ser a tona no mundo árabe ainda pelos tempos que se seguirão. Ainda que a encruzilhada estratégica hoje esteja na Síria, o fato é que no Egito e na questão palestina é que a situação do mundo árabe terá a sua rota definida, isto é, se a revolução democrática terá condições de retomar fôlego e avançar em chave anti-imperialista e antissionista ou a regressão e o barbarismo acabarão por se impor.

Notas:

¹ Professor de Ciências Políticas da UNESP-FFC. E-mail: delroio@terra.com.br.

Recebido em: 09/2014

Publicado em: 02/2015.